

**ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2016/2017**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** MT000434/2016  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 05/07/2016  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR042081/2016  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 46210.001372/2016-54  
**DATA DO PROTOCOLO:** 05/07/2016

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRAB. EM EMP. E ORGAOS PUB. E PRIV. DE PROC. DE DADOS SERV. INF. SIML.E PROF. DE PROC. DE DADOS DE M, CNPJ n. 01.978.246/0001-03, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOAO GONCALO DE FIGUEIREDO;

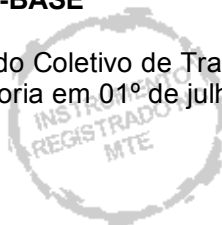
E

AGUIA NET CONSULTORIA ESTRATEGICA LTDA - EPP, CNPJ n. 05.585.355/0001-03, neste ato representado(a) por seu Administrador, Sr(a). ELIBERTO VORNEI MUHLBEIER ;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017 e a data-base da categoria em 01º de julho.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores da Tecnologia da Informação**, com abrangência territorial em **Acorizal/MT, Água Boa/MT, Alta Floresta/MT, Alto Araguaia/MT, Alto Boa Vista/MT, Alto Garças/MT, Alto Paraguai/MT, Alto Taquari/MT, Apicás/MT, Araguaiana/MT, Araguinha/MT, Araputanga/MT, Arenópolis/MT, Aripuanã/MT, Barão de Melgaço/MT, Barra do Bugres/MT, Barra do Garças/MT, Bom Jesus do Araguaia/MT, Brasnorte/MT, Cáceres/MT, Campinápolis/MT, Campo Novo do Parecis/MT, Campo Verde/MT, Campos de Júlio/MT, Canabrava do Norte/MT, Canarana/MT, Carlinda/MT, Castanheira/MT, Chapada dos Guimarães/MT, Cláudia/MT, Cocalinho/MT, Colíder/MT, Colniza/MT, Comodoro/MT, Confresa/MT, Conquista D'oeste/MT, Cotriguaçu/MT, Cuiabá/MT, Curvelândia/MT, Denise/MT, Diamantino/MT, Dom Aquino/MT, Feliz Natal/MT, Figueirópolis D'oeste/MT, Gaúcha do Norte/MT, General Carneiro/MT, Glória D'oeste/MT, Guarantã do Norte/MT, Guiratinga/MT, Indavaí/MT, Ipiranga do Norte/MT, Itanhangá/MT, Itaúba/MT, Itiquira/MT, Jaciara/MT, Jangada/MT, Jauru/MT, Juara/MT, Juína/MT, Juruena/MT, Juscimeira/MT, Lambari D'oeste/MT, Lucas do Rio Verde/MT, Luciara/MT, Marcelândia/MT, Matupá/MT, Mirassol D'oeste/MT, Nobres/MT, Nortelândia/MT, Nossa Senhora do Livramento/MT, Nova Bandeirantes/MT, Nova Brasilândia/MT, Nova Canaã do Norte/MT, Nova Guarita/MT, Nova Lacerda/MT, Nova Marilândia/MT, Nova Maringá/MT, Nova Monte Verde/MT, Nova Mutum/MT, Nova Nazaré/MT, Nova Olímpia/MT, Nova Santa Helena/MT, Nova Ubiratã/MT, Nova Xavantina/MT, Novo Horizonte do Norte/MT, Novo Mundo/MT, Novo Santo Antônio/MT, Novo São Joaquim/MT, Paranaíta/MT, Paranatinga/MT, Pedra Preta/MT, Peixoto de Azevedo/MT, Planalto da Serra/MT, Poconé/MT, Pontal do Araguaia/MT, Ponte Branca/MT, Pontes e Lacerda/MT, Porto Alegre do Norte/MT, Porto dos Gaúchos/MT, Porto Esperidião/MT, Porto Estrela/MT, Poxoréo/MT, Primavera do Leste/MT, Querência/MT, Reserva do Cabaçal/MT, Ribeirão Cascalheira/MT, Ribeirãozinho/MT, Rio Branco/MT, Rondolândia/MT, Rondonópolis/MT, Rosário Oeste/MT, Salto do Céu/MT, Santa Carmem/MT, Santa Cruz do Xingu/MT, Santa Rita do Trivelato/MT, Santa Terezinha/MT, Santo Afonso/MT, Santo Antônio do Leste/MT, Santo Antônio do Leverger/MT, São Félix do Araguaia/MT, São José do Povo/MT, São José do Rio Claro/MT, São José do Xingu/MT, São José dos Quatro Marcos/MT, São Pedro da Cipa/MT, Sapezal/MT, Serra Nova Dourada/MT, Sinop/MT, Sorriso/MT, Tabaporã/MT, Tangará da Serra/MT, Tapurah/MT, Terra Nova do Norte/MT, Tesouro/MT, Torixoréu/MT, União do Sul/MT, Vale de São Domingos/MT, Várzea Grande/MT, Vera/MT, Vila Bela da Santíssima Trindade/MT e Vila Rica/MT.**

## JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS COMPENSAÇÃO DE JORNADA

### CLÁUSULA TERCEIRA - OBJETO E EXTENÇÃO

O presente acordo visa à implantação e regulamentação da compensação do horário extraordinário de trabalho através do sistema de Banco de Horas, conforme a Lei 9.601/98, c.co art.59 da CLT, aos trabalhadores que mantenham contrato de trabalho com a **EMPREGADORA**, segundo os critérios ora acordados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O Acordo abrange a sede e as filiais da **EMPRESA** instaladas no estado de Mato Grosso, entendendo-se automaticamente às que futuramente forem abertas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O Acordo não se aplicará aos empregados exercentes de cargos de confiança; aos que exercem cargos sem fiscalização de horário de trabalho.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – De acordo com o § 2º, do Artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho, fica instituído o **BANCO DE HORAS**, pelo qual é permitida a compensação pela correspondente diminuição em outro dia, de horas laboradas além do horário normal de expediente, lançadas como crédito de empregado junto à **EMPRESA**.

**PARÁGRAFO QUARTO** – As horas a serem creditadas ou debitadas no **BANCO DE HORAS** deverão ser previamente autorizadas pelo Gestor da respectiva área.

**PARÁGRAFO QUINTO** – As horas executadas em sobre-jornada de segunda à sexta feira serão computadas na relação de 1 (uma hora) para 90 (noventa) minutos. Sábado, domingos e feriados serão acrescidos de 100% (cem por cento), ou seja, 1 (uma) hora equivalerá a 120 (cento e vinte) minutos, e posteriormente, lançadas no **BANCO DE HORAS**.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Em caso de saldo negativo no **BANCO DE HORAS** do empregado, a compensação de tal débito será efetuada na proporção 01 (uma) para 01 (uma), ou seja, sem o acréscimo de adicionais.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – As horas lançadas no **BANCO** e não compensadas serão computadas para efeito de integração em férias, 13º salários, INSS, Imposto de Renda e FGTS.

**PARÁGRAFO OITAVO** – As horas em sobre-jornada somente poderão ser lançadas no **BANCO DE HORAS** até o teto de 52 (cinquenta e duas) horas mensais no primeiro mês, não podendo ultrapassar a qualquer tempo, o valor de 312 (trezentos e doze) horas semestrais a crédito ou a débito.

**PARÁGRAFO NONO** – As horas trabalhadas em sobre-jornada excedentes ao limite mensal de 52 (cinquenta e duas) horas ou ao limite de 312 (trezentos e doze) horas semestrais no referido **Parágrafo oitavo**, serão pagas com o salário do mês do evento de excesso, não sendo devida diferença por eventual reajuste ou aumento de salário posterior ao mês a que se referir o pagamento feito.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – O registro e reconhecimento das horas a crédito e a débito no **BANCO DE HORAS** observarão o conceito de semestres fixos, a saber: 1º Semestre de 1º de Julho a 31 de Dezembro e 2º semestre de 1º Janeiro a 30 de Junho.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – As horas que integram o **BANCO DE HORAS** poderão ser compensadas no período em que tiverem sido trabalhadas, ou nos meses posteriores de acordo com o

compensadas no próprio mes em que tiverem sido trabalhadas, ou, nos meses posteriores ao semestre.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – O saldo do **BANCO DE HORAS** será levantado a cada 06 (seis) meses, sendo pagas as horas excedentes no salário do primeiro mês subsequente ao semestre correspondente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – Para compensar as horas trabalhadas e creditadas no **BANCO DE HORAS**, a **EMPRESA** poderá conceder folgas individuais ou coletivas ou reduzir a jornada, disto informado previamente o empregado, podendo ainda, lançar mão de folgas adicionais de horas ou dias, atrasos, saídas antecipadas, licenças, prorrogação de férias, pontes para compensação de feriados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** – A critério da **EMPRESA**, o saldo credor do empregado no **BANCO DE HORAS** poderá ser pago antecipadamente, e, neste caso, o pagamento será considerado final, com base no salário em vigor no mês do pagamento, sem direito a qualquer diferença futura, em razão de eventual reajuste ou aumento de salário posterior ao pagamento.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** – O saldo existente no **BANCO DE HORAS** ao final do presente Acordo, caso não haja prorrogação do mesmo, será automaticamente pago ao empregado com o salário em vigor no mês do pagamento.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** – Na ocorrência de rescisão contratual, por iniciativa da **EMPRESA** ou do **EMPREGADO**, o saldo credor do **BANCO DE HORAS** do empregado será pago no prazo legalmente estabelecido para quitação das verbas rescisórias. Em caso de dispensa por justa causa, ou pedido de demissão do empregado, as horas a crédito serão pagas da mesma forma acima.

#### **CLÁUSULA QUARTA - QUARTA**

As faltas e atrasos injustificados ou que não forem autorizados pelo gestor da área respectiva não serão incluídos para efeito de compensação no **BANCO DE HORAS**.

#### **CLÁUSULA QUINTA - QUINTA**

Para efeito do presente Acordo, a jornada normal de trabalho dos empregados, bem como o intervalo para refeição e descanso, são aqueles estipulados no Contrato individual de trabalho, no Acordo Coletivo ou ainda a partir de sua implantação, os constantes da Política de Horário Móvel na **EMPRESA**.

#### **CLÁUSULA SEXTA - SEXTA**

As cláusulas aqui estipuladas prevalecerão sobre as constantes do Acordo Coletivo de Trabalho vigente, quando conflitantes.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - SETIMA**

As partes convencionam o que somente as horas efetivamente trabalhadas como parte da jornada diária, como horas-extras ou incluídas no **BANCO DE HORAS** serão computadas para fins de apuração do intervalo de 11 horas entre jornadas.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OITAVA**

Em caso de divergência ou omissão, as partes se comprometem a negociar, desde já estabelecendo que tanto que surgido o impasse, serão convocadas 3 (três) reuniões sucessivas, com intervalos de 7 (sete)

dias entre cada uma, na sede da **EMPRESA**, com a finalidade de alcançar uma solução amigável. Não havendo acordo, a questão será encaminhada à Justiça do Trabalho.

#### **CLÁUSULA NONA - NONA**

A empresa fornecerá, sempre que solicitado por escrito, o extrato para conferência do saldo do BANCO DE HORAS.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DECIMA**

A empresa poderá compensar as faltas e atrasos para todo o quadro, por departamento ou até por setor, devendo comunicar o **SINDPD-MT** a utilização do previsto nesta Cláusula.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DECIMA PRIMEIRA**

Para efeito do cumprimento do horário de funcionamento, mesmo com a adoção do BANCO DE HORAS, a Empresa terá um HORÁRIO BASE de funcionamento, com intervalo mínimo de uma hora para refeição.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DECIMA SEGUNDA**

A cada período de 6 (seis) meses a empresa fornecerá um balanço do BANCO DE HORAS ao **SINDPD-MT**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DECIMA TERCEIRA**

O presente Acordo terá vigência de 01 (um) ano. Prorrogada por mais 1 (um) ano mediante a concordância das partes. Independente de qualquer formalidade, os empregados que forem admitidos na vigência do presente Acordo serão considerados automaticamente abrangidos pelo Acordo. E por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente Acordo Coletivo de Trabalho – **BANCO DE HORAS**, em 3 (vias) vias de igual teor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DECIMA QUARTA**

As folgas usufruídas pelos empregados serão da mesma forma, apontadas nos cartões de ponto, sendo certo que estas folgas não devem coincidir nem substituir as folgas semanais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DECIMA QUINTA**

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no Âmbito da (s) empresa (s) acordante (s) abrangerá a (s) categoria (s) dos Trabalhadores em Tecnologia da Informação, com abrangência territorial de Mato Grosso – MT.

Fica proibido o banco de horas para os menores de 18 anos, mulheres gestantes até cinco meses após o parto.

**JOAO GONCALO DE FIGUEIREDO  
PRESIDENTE  
SINDICATO DOS TRAB. EM EMP. E ORGAOS PUB. E PRIV. DE PROC. DE DADOS SERV. INF. SIML.E PROF. DE PROC.  
DE DADOS DE M**

**ELIBERTO VORNEI MUHLBEIER  
ADMINISTRADOR  
AGUIA NET CONSULTORIA ESTRATEGICA LTDA - EPP**

**ANEXOS  
ANEXO I - ATAASSEMBLEIABANCODEHORASAGUIANET20162017**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.